

Gemidos da criação e arrepios da teologia: sussurros éticos nos ouvidos da Igreja

*Carlos Eduardo B. Calvani**

RESUMO

Este artigo defende que a questão da sexualidade nunca foi tratada de modo sadio no cristianismo, devido a condicionamentos impostos desde o período patrístico, e que isso afeta profundamente os atuais discursos sobre homossexualidade na teologia moral. O autor discute os problemas éticos e teológicos do conceito de "natureza" e remete à questão do poder. Finaliza propondo uma nova abordagem do tema, na perspectiva da alteridade.

Palavras-chave: Sexualidade; Homossexualidade; Ética.

Moans of Creation and Chills of Theology – ethical whisperings in the ears of the church

ABSTRACT

This article defends that Christianity never dealt with sexuality in a healthy way, due to conditionings since the patristic period, and that this affects profoundly the current discourses on homosexuality in moral theology. The author discusses the ethical and theological problems of the concept of "nature" and remits to the question of power, concluding with the proposal of a new approach to the subject in the perspective of alterity.

Keywords: Sexuality; Homosexuality; Ethics.

Quejidos de la Creación y Frialdades de la Teología – susurros éticos de la teología en los oídos de la iglesia

RESUMEN

Este artículo defiende que la problemática de la sexualidad nunca fue tratada de manera sana en el cristianismo, debido a los condicionamientos impuestos desde el período patrístico y que ésta afecta los discursos actuales sobre la homosexualidad en la teología moral. El autor discute los problemas éticos y teológicos del concepto de naturaleza y remite al problema del poder. Finaliza proponiendo un nuevo abordaje sobre el tema en la perspectiva de la alteridad.

Palabras clave: Sexualidad; Homosexualidad; Ética.

Introdução

O estudo da sexualidade no cristianismo não é tarefa fácil. O cristianismo nunca lidou de forma muito livre e sadia com a sexualidade. Entre as religiões monoteístas, o cristianismo, oficialmente, é a única que recusa ou omite dados sobre a vida sexual de seu fundador. No judaísmo e no islamismo, Abraão, Moisés e Maomé foram casados e, até onde se sabe, ao menos Abraão e Maomé tiveram várias mulheres e filhos. A teologia cristã oficial não apenas recusa vida sexual a Cristo como também a seus pais, pelo menos no ensino da Igreja Católica Romana.

Boa parte da polêmica em torno da compreensão da (homo)sexualidade é resultado de séculos de ensino e prática dualistas que consideram a sexualidade empecilho à chamada "vida espiritual". Todos sabemos o quanto os escritos de Agostinho e outros padres da Igreja influenciaram a sexualidade ocidental. Conforme Agostinho (1982a, X, 2), "nupcial e sem pecado, apenas a relação sexual necessária à procriação". Antes de se converter ao cristianismo, ele teve várias e diferentes experiências sexuais que posteriormente passa a

* Doutor em Ciências da Religião, coordenador do Centro de Estudos Anglicanos. E-mail: ccalvani@hotmail.com.

deplorar como obstáculos à comunhão com Deus. Quando, por exemplo, ele se pergunta porque o homem necessita de uma mulher, a resposta mais aceitável ao teólogo é dizer que a única *utilidade* [sic] da mulher era a procriação, a capacidade de gerar filhos (Agostinho, 1982b, 9.7).

No clássico *A cidade de Deus*, Agostinho (1987) chega a dizer que o ato sexual é uma espécie de espasmo, no qual todo o corpo é agitado por sobressaltos horríveis e o homem perde todo o controle de si mesmo. Em suas palavras,

o desejo não se contenta de tomar conta do corpo inteiro, dentro e fora, sacode o homem inteiro, unindo e misturando as paixões da alma e os apetites carnis para chegar a essa volúpia, a maior de todas entre aquelas do corpo; de maneira que, no momento em que chega a seu ápice, toda acuidade e o que poderíamos chamar a vigilância do pensamento são quase aniquiladas (Agostinho, 1987, XIV, 16).

Obviamente, o santo falava do orgasmo, por experiência própria. Gregório Magno (1982, II, 27), importante teólogo da Igreja antiga, ao refletir sobre o prazer sexual, afirmava que “não basta dizer que o prazer não é meta lícita nas relações sexuais, mas quando ocorre, há transgressão das leis do matrimônio”. O orgasmo e o prazer sexual, tão importantes para o bem-estar humano, foram reprovados e condenados durante séculos e, diga-se de passagem, isso não afetou apenas as classes menos educadas, mas até mesmo grandes intelectuais e pensadores. Basta lembrar a reação que muitas pessoas da bem educada elite européia tiveram na época em que Freud começou a publicar seus textos e, sobretudo quando Reich afirmou a importância e o valor do orgasmo para a sanidade humana. O resultado dessa longa herança reflete-se hoje na incapacidade que temos de lidar com assunto tão relevante, da vergonha e do excesso de discrição que temos ao comentar nossos próprios dilemas sexuais ou nossas fantasias. Rubem Alves (1982) está correto quando afirma que “toda religião que, em nome de uma ordem espiritual, impõe sobre o corpo um regime de sistemática repressão tende a produzir personalidades neuróticas”.

1. Homossexualidade: vício sodomítico?

Em virtude de toda essa tradição, não é de se espantar quando verificamos tudo o que tem sido dito sobre as pessoas homossexuais no decorrer da história do cristianismo. Devemos levar em conta que o conceito de homossexualidade é relativamente recente. Os autores antigos não utilizavam essa terminologia. Antes, utilizavam expressões bastante negativas, como “luxúria”, *vitium sodomiticum* e *peccatum contra naturam*.

A maior parte dos discursos religiosos atuais não é muito diferente dos discursos medievais. A atual geração de líderes evangélicos brasileiros foi formada nos anos setenta e oitenta lendo textos de autores que se especializaram em aconselhamento e que vendem aos rodos, tais como Jaime Kemp e o casal Tim e Beverly La Haye. Os La Haye (1979) referem-se à prática do homossexualismo como “o pecado supremo, que faz com que Deus desista do homem”, ou seja, classificam a prática homossexual como algo equivalente ao pecado contra o Espírito Santo. Jaime Kemp, famoso autor americano radicado no Brasil há mais de trinta anos e que se especializou como consultor de sexualidade, palestrante em vários eventos ligados a grupos evangélicos, escreveu um livro em que responde a perguntas enviadas por jovens. Uma delas era: “por que tenho desejos homossexuais?” Kemp (1983), sem rodeios, responde, afirmando: “um homossexual é doente, não porque ele tem um jeito efeminado, mas por que ele perdeu a sua identidade como ser humano”. Somente nos últimos anos é que alguns grupos evangélicos começaram a lidar com essa questão de forma menos preconceituosa, mas a tendência geral continua sendo a de encarar a homossexualidade a partir de uma dessas três óticas: a) biologicamente, como uma prática contra a natureza; b) psicologicamente, como um desequilíbrio, anomalia ou doença que precisa de cura; e c) teologicamente, como pecado de sodomia ou até mesmo como resultado de possessão demoníaca.

A expressão “sodomia” era muito comum nos discursos éticos da teologia medieval. A origem da palavra remete ao mito da destruição de Sodoma e

Gomorra, relatado em Gênesis. Entre outras coisas, a narrativa afirma que os habitantes de Sodoma quiseram ter relações sexuais com mensageiros enviados por Deus. O mito certamente servia como justificativa ideológica para o judaísmo condenar as pessoas homossexuais, associando-as com os habitantes de Sodoma. Some-se a isso o fato de que Jesus, ao condenar cidades como Corazim, Betsaida e Cafarnaum, se referiu à destruição de Sodoma e Gomorra.

É necessário, porém, observar que, nos lábios de Jesus, embora essas cidades sejam tomadas como padrão para condenar Cafarnaum e outras cidades de sua época, nenhuma menção é feita a respeito de supostas práticas sexuais dos habitantes de Cafarnaum. O centro da condenação dessas cidades (Cafarnaum, Betsaida e Corazaim) reside no fato de que seus habitantes rejeitaram o anúncio do evangelho, a boa notícia que Jesus trazia, tal como os habitantes de Sodoma recusaram o sagrado dever cultural semita da hospitalidade, sobretudo porque naquele relato os hóspedes de Ló eram mensageiros enviados por Deus. A associação "Cafarnaum é igual a Sodoma" tem mais a ver com a rejeição da mensagem divina. Além disso, no contexto do cristianismo primitivo, era dever de todas as famílias unidas a Cristo receber, acolher e hospedar os carismáticos itinerantes que espalhavam o evangelho, curavam e anunciavam o juízo escatológico. Sodoma torna-se, no evangelho, símbolo da falta de acolhimento, da falta de hospitalidade e generosidade, da recusa a ouvir uma mensagem de renovação. Não se pode, portanto, usar o texto bíblico para falar de Sodoma e concentrar-se apenas na questão de uma estória sobre desejos de relacionamentos homossexuais. O pecado dos sodomitas foi uma combinação de arrogância, orgulho, ingratidão, falta de hospitalidade e, sobretudo, rejeição e recusa à mensagem de juízo e salvação de Deus. Por terem se concentrado num detalhe periférico do texto, muitos teólogos passaram a utilizar a expressão "sodomia" associando-a apenas a práticas homossexuais, sem perceber que "sodomia" é, fundamentalmente, recusa a abrir-se à mensagem divina, rejeição da visitação divina,

falta de hospitalidade e abertura ao outro (os visitantes) e insensibilidade para com a mensagem de juízo e salvação.¹

Por isso entendo que as pessoas homossexuais devem rejeitar vigorosamente o uso da palavra "sodomia" para referir-se a seu comportamento sexual – por ser uma palavra pejorativa e um termo teológico inadequado – e devolvê-lo corretamente aos que, como Kemp e os Lahaye, se julgam bons demais para se deixarem questionar em suas posições pré-estabelecidas. O termo "sodomita" pode muito bem ser aplicado a esses autores não por suas práticas sexuais que a ninguém interessam, mas pelo orgulho, prepotência, falta de respeito e indisposição para acolher com dignidade os diferentes. Sodomitas são os Lahaye e Jaime Kemp, por sua falta de acolhimento ao diferente.

2. *Peccatum contra naturam*: problemas éticos e teológicos do conceito de natureza

Outro argumento utilizado na ética cristã conservadora para condenar o homossexualismo é a afirmação de que essa prática era um pecado contrário à natureza (*peccatum contra naturam*). Até hoje esse argumento é muito usado pela maioria dos teólogos que condenam o homossexualismo. Nesse caso é necessário perguntar pelo conceito de "natureza". Trata-se do velho dilema entre natureza e cultura. O que é natural e o que é cultural? O auxílio das ciências humanas é fundamental para tratarmos desse tema, pois a antropologia, a sociologia e a psicologia têm mostrado que muitos comportamentos que consideramos "naturais" são, na verdade, culturais.

Podemos destacar, no uso moderno da expressão, pelo menos três variações do conceito de natureza: (a) o significado empírico – o mundo das observações físicas e biológicas; (b) o significado filosófico e teológico – a função e o propósito de um fenômeno natural; (c) o significado cultural – sinônimo para a palavra "normal". Esses três diferentes sentidos aparecem em toda linguagem teológica e em todas as discussões sobre o assunto hoje.

¹ Sobre o assunto, ver: Nissinen (1998) e Jordan (1997).

No primeiro caso, "natureza" é compreendida como a totalidade dos fenômenos que podem ser observados empiricamente. Nas discussões científicas há uma tendência a limitar "natureza" a esse significado, ou seja, aos fatos naturais. A idéia de algo contrário à natureza, ou "antinatural", não pertence a essa definição, porque tudo o que é empiricamente observável pertence à natureza. Esse conceito é mais descritivo que normativo. As leis da física, por exemplo, são consideradas "naturais". Todo corpo arremessado para o alto, após perder seu impulso inicial, irá cair ao chão devido à lei natural da gravidade. Porém, o advento da física quântica trouxe questionamentos a esse conceito, mesmo no âmbito da física e da biologia;

A compreensão filosófica e teológica está ligada ao aristotelismo e ao tomismo. Tudo aquilo que ocorre de modo contrário a um propósito ou fim previamente definido é considerado "antinatural" ou "contrário à natureza". Nessa visão, o conceito de natureza assume sentido normativo, porque pressupõe haver leis naturais (da ordem da criação) que ordenam cada criatura. Para Tomás de Aquino, Agostinho e tantos outros teólogos da Igreja, a função natural da sexualidade é a procriação. Tomás de Aquino, por exemplo, classificou alguns pecados sexuais como "naturais" e outros como "contrários à natureza", atribuindo mais gravidade a estes.

Quais seriam os pecados sexuais considerados "naturais"? Basicamente, o adultério, a fornicação, o estupro e a prostituição, pois nesses casos há relações heterossexuais que podem resultar em gravidez. O pecado é cometido, mas as leis da natureza não são contrariadas, pois o objetivo do sexo é a procriação da espécie. Então seria um "pecado mais brando". Porém, para Tomás de Aquino, havia pecados "antinaturais", como a masturbação (chamada "vício solitário") e as relações homossexuais, pela impossibilidade da procriação e por terem como único objetivo o prazer. A penitência dada ao pecador arrependido dependia não tanto da gravidade do que teria causado a outra pessoa, mas dessa incômoda palavra – "natural". Pecados "contra a natureza" – masturbação e homossexualismo – eram considerados muito mais graves do que um estupro seguido de gravidez.

Ainda hoje prevalece na moral católica oficial a tendência a considerar a masturbação e todo ato homossexual como contrários às "leis naturais". O problema aqui é que um sentido normativo é derivado de um sentido empírico. Uma função biológica empírica (reprodução da espécie) é tomada como critério para o que é considerado natural e moral. A partir daí afirma-se que a homossexualidade é contra a natureza porque não leva à procriação – nesse caso, uma norma moral é derivada de uma função biológica e constroem-se valores a partir da anatomia. Mas quando uma pessoa solteira ou mesmo um casal toma a decisão consciente de não procriar, isso gera grandes discussões entre os especialistas da moral teológica. Daí o fato de, até hoje, a Igreja Romana condenar o uso de anticoncepcionais, da camisinha ou de outros métodos considerados "antinaturais". A rigor, um jovem e uma jovem que se relacionem heterossexualmente, fiel e exclusivamente um com o outro e utilizam pílula anticoncepcional estão em situação de "pecado contra a natureza". A crueldade dessa lógica chega a beirar o absurdo. Alguns anos atrás, um caso chamou a atenção da imprensa: uma diocese em Minas Gerais recusou-se a autorizar a celebração do casamento entre uma mulher e o noivo paraplégico, argumentando que, por ser paraplégico, ele não poderia ter relações sexuais e, desse modo, não poderia cumprir o propósito maior do casamento: a procriação. Trata-se, sem dúvida, de visão bastante estreita que reduz a sexualidade às funções dos órgãos genitais, desconsiderando fatores como afetividade, carinho, olhar e toques que não se restringem apenas às áreas genitais do corpo.

O terceiro sentido da expressão "natural" é o mais popular, derivando de uma combinação entre o primeiro e o segundo sentidos. Trata-se de tudo aquilo que o senso comum considera "normal", a condição correta das coisas e que não requer argumentação, fatos que se autovalidam por si mesmos. Nesse caso, tudo o que é diferente, que traz distúrbio à ordem das coisas e quebra as normas é considerado anormal. Os critérios são baseados em tabus e acordos silenciosos entre a sociedade.

Para a ética teológica, esse significado é bastante perigoso, porque geralmente o que se considera "natural" inclui valores culturais e normas sociais impostas por classes dominantes. "Natural", nesse caso, longe de ser "natural", é um conceito social que inclui a autoridade de regular e definir normas, internalizar tabus e a própria solidariedade inata da sociedade. Esse significado sempre foi usado na maior parte dos discursos teológicos e ainda o é hoje, principalmente aplicado à teologia da criação e à corrupção da criação. O problema aqui é que "criação" e natureza são freqüentemente confundidos e emergem com determinismo social.

Por exemplo, a despeito de o relato eloísta situar a criação da mulher e do homem simultaneamente (Gn 1, 27-28), a teologia sempre preferiu o relato javista, no qual a mulher é tirada da costela do homem e a este está subordinada. Por muito tempo considerou-se normal e "natural" a submissão feminina. Usar o conceito "natural" nesse caso também serve para justificar e legitimar discriminações sociais e raciais. Houve época em que teólogos protestantes ligados a países que praticavam o tráfico de escravos justificaram a superioridade da raça branca sobre a negra a partir da marca de Caim ou de Gn 9 (a maldição lançada por Noé contra seu filho Cam). Hoje isso tudo nos soa bastante absurdo e desumano, mas não nos esqueçamos que esses argumentos foram por muito tempo considerados válidos e que a submissão dos negros aos brancos já foi considerada "normal" na ordem da criação e na antropologia cristã. A história do conceito de homossexualidade, a meu ver, segue passos muito semelhantes, se não iguais: o comportamento de um grupo de pessoas foi patologizado e, a partir daí, marginalizado com alegações bíblicas da ordem da criação.

3. Sexualidade e poder

Observamos então, ser muito problemático, do ponto de vista da ética, usar o conceito "natureza" de modo apressado. A periculosidade dessa abstração sempre atende a determinados interesses de classe e gênero. Um exemplo é a distinção feita entre os papéis sexuais ativos e passivos numa relação sexual, seja heterossexual ou homossexual.

De modo inconsciente ou declarado, sempre aparece a pergunta: "quem está por cima?", "quem domina a relação?" Ao fazer essa pergunta, revelamos que o sexo está intimamente ligado ao poder e ao machismo da cultura androcêntrica. O pressuposto básico é de que o homem, o macho, deve sempre dominar o ato sexual, tomar as iniciativas e nunca submeter-se. Quando o macho assume papel passivo, é como se estivesse contrariando sua "natureza" de dominador. O pressuposto de que o homem é o elemento sempre ativo e a mulher, o passivo serviu muito à sociedade européia no final da Idade Média. Uma questão tão íntima e privada como as posições que um casal assume em sua intimidade sexual refletem as relações sociais. As pessoas que usam indiscriminadamente o conceito de "natureza" pressupõem que, em uma relação sexual "natural", sempre alguém tem que dominar o outro, e o elemento ativo deve ser sempre o macho. Se um homem assume papel passivo, ele contraria sua "natural [sic] condição de dominador". Do mesmo modo, a iniciativa sexual daquelas de quem se espera submissão acaba sendo intolerável e imoral – "contrária à natureza", porque a ordem natural das coisas exige sua submissão.

Estou lançando essas idéias apenas para verificar que devemos ser mais cuidadosos antes de aplicar o conceito de "natureza" a questões tão sérias como a ética sexual, devido à mutabilidade das normas sociais. E isso se aplica também às pessoas homossexuais que se servem desse conceito para justificar seus impulsos e atrações por pessoas do mesmo sexo. A meu ver, insistir no conceito de "natureza" para defender a "naturalidade" da prática homossexual, afirmando "eu nasci assim, sempre fui assim" etc. é tão problemático quanto o uso do conceito para condená-la. A discussão deve buscar outros paradigmas.

Outro exemplo histórico pode nos auxiliar a compreender os vínculos entre sexualidade e poder: durante toda a Idade Média, as mulheres eram consideradas perigosas devido à sua volúpia sexual. Servindo-se do texto de Gênesis em que Eva desobedece a Deus antes de Adão e o induz a comer do fruto proibido, era comum atribuir às mulheres o peso maior de culpa no episódio da queda. A ética

cristã medieval sempre considerou as mulheres “naturalmente” maliciosas, voluptuosas e mais propensas ao sexo que os homens. Eram elas que induziam os padres à tentação e ao “vício solitário”. Porém, no fim do século XVIII, por força e obra do movimento puritano, surgiu na Inglaterra a idéia de que os homens eram mais fortes em seus desejos sensuais que as mulheres. Foi construído um padrão de virtude feminina – a mulher confinada no lar, cuidando do marido e da família burguesa. As mulheres se tornaram o sustentáculo da civilização e da cultura moral; e os homens, o sustentáculo da energia, da vitalidade e da sexualidade.

Edmund Leites (1987) estudou a fundo essa mudança, observando que essa foi uma mudança radical. Na Idade Média, a mulher era uma ameaça sexual para o homem. Em torno do século XVIII ocorreu o que ele chama “grande inversão”: as mulheres foram consideradas mais “puras” e sem forte impulso sexual (e isso foi constantemente inculcado nelas e incentivado na educação burguesa). Os homens, por sua vez, passam a ser vistos como “naturalmente” superiores às mulheres devido à sua força, energia, pulsão e vigor físico e na vontade de dominar e comandar. Tudo isso, porém, necessitava de certo freio para evitar arroubos animalescos e manter a moralidade social. A “superioridade física” dos homens, portanto, implica seu complemento, que seria a “superioridade espiritual” da mulher. Gradativamente foi construído, nos séculos XVI e XVII, durante o período de ascensão da burguesia, a idéia de que a mulher teria menos vitalidade física e podia se dedicar às virtudes morais e ser o elemento agregador e educativo da sociedade. Nos lares protestantes, em geral, as mulheres é que eram incentivadas a liderar os cultos domésticos e são muitos os exemplos de mulheres tidas como “virtuosas” devido ao seu recato, discrição e vida de oração, sem qualquer incentivo a iniciativas sexuais ou fantasias eróticas.

A mudança na atitude ocidental em relação à força da sexualidade nos homens e nas mulheres pode ser atribuída às mudanças no modo como os homens passaram a descrever ou determinar como deveriam ser as capacidades morais das mulheres. Se no mundo medieval elas eram encaradas como

criaturas moralmente inferiores e, portanto, mais lascivas, os puritanos as tratavam como seres em que a moralidade e a espiritualidade se encarnavam de forma mais fortes que a sexualidade. Isso para os homens foi muito cômodo: representou para o gênero masculino a libertação de um peso – o de serem eles os primeiros responsáveis pela manutenção da ordem moral. Aos homens agora o adultério podia ser perdoado com mais facilidade, por levarem em conta a reconstrução do conceito da “natureza” masculina mais propensa ao sexo. Já para as mulheres, culturalmente reprimidas e que interiorizavam a ideologia de que não têm fortes impulsos sexuais, era inimaginável manifestar fantasias sexuais, gemer de prazer na cama ou ter relações extra-conjugais como os homens, pois isso seria imperdoável aos sustentáculos morais da sociedade.

Um dos romances da cultura inglesa que mais fortaleceu essa idéia foi *Pamela: a virtude recompensada*, de Samuel Richardson, publicado em 1740 e que se tornou *best-seller* da época. O romance incorporou inteiramente as novas idéias de masculino e feminino e fez muito para promovê-las tanto na Inglaterra como na Europa continental. Comentando esse livro, Leites (1987, p. 196) observa que, na visão da época,

o que torna a mulher moralmente pura não é a sua observância integral e submissão às exigências de uma moralidade externa que vêm de uma fonte divina. Ela é pura por causa do poder de sua própria consciência moral dentro de sua mente e coração; essa consciência é tão predominante que bloqueia até mesmo o reconhecimento de seu próprio desejo sexual.

4. Homossexualidade: um desafio à alteridade

No senso comum, as pessoas homossexuais (*gays* ou *lésbicas*) são consideradas pervertidas, marcadas por uma espécie de doença vergonhosa e humilhante para a cultura e para sua família. São alvo de piadas e ironias e muitos até temem manter relações de amizade com elas por medo de serem identificados como homossexuais também. A despeito disso, a própria psicologia nos ensina que os heterossexuais também podem apresentar com

bastante freqüência uma dimensão homófila em proporções diferentes, embora ela não se transforme no componente mais forte e pronunciado, da mesma forma que o homossexual também apresenta um potencial heterófilo, que igualmente não é dominante. Conforme Jung, a psique humana é andrógina. Ela está habilitada com características masculinas e femininas. As estruturas e riquezas de ambas as naturezas estão presentes nas pessoas atuando conjuntamente.

Quando projetamos sobre os homossexuais nossa agressividade, isso pode produzir em nós um sentimento de auto-afirmação ou de medo de lidar com nosso próprio potencial homófilo. Quem se comporta assim pode estar querendo provar a si mesmo que tem uma personalidade que ele quer considerar "sadia". Certas linhas psicanalíticas têm afirmado que, quanto maior o fanatismo e a repugnância em relação ao homossexualismo, provavelmente isso esconde a necessidade de ocultar sua existência.

De nada vale, portanto, apelar para generalizações negativas, atribuindo às pessoas homossexuais comportamentos condenáveis como a pedofilia ou a promiscuidade, pois esse comportamento é típico de heterossexuais também. A maioria dos casos de pedofilia registrados em boletins de ocorrência é de homens heterossexuais que abusam de meninas. Mas é mais cômodo enfatizar quando isso acontece com homossexuais devido à visibilidade. Reforça a moral. Porém, do ponto de vista psicológico, seja qual for a tendência da libido, é possível vivê-la de forma madura ou imatura e isso deve ficar claro nas leis do país e também nos códigos de disciplina eclesiástica. Ninguém pode ser condenado ou disciplinado por um ato errado pelo simples fato de ser homossexual, assim como também ninguém é condenado por ser heterossexual. A maldade não reside no fato de se apresentar uma ou outra tendência, mas sim na orientação prática que se dê a qualquer uma delas. A violência sexual contra menores não é prática exclusiva de uma determinada tendência homoerótica ou heteroerótica. Por isso leis canônicas para evitar a promiscuidade na Igreja não devem se concentrar no que as pessoas são, mas sim no que elas fazem. Assim, a

câmara dos bispos da Igreja da Inglaterra agiu corretamente ao solicitar que não se perguntasse aos postulantes à ordenação por sua orientação sexual (Assuntos, 1993). A honestidade, o respeito pelo próximo, a educação e a sensibilidade encontram-se em proporções idênticas nos seres humanos, bem como a promiscuidade, a infidelidade e o desrespeito ao próximo. A simples razão de apresentar uma tendência homossexual ou ser homossexual não é motivo para justificar a negação de certos direitos a essas pessoas. O que dois indivíduos fazem no âmbito de sua intimidade e privacidade não tem por que ser punido, da mesma forma que a lei não penetra na vida privada de pessoas heterossexuais para fiscalizar o modo como fazem amor.

É claro que devemos deixar em aberto uma polêmica questão: o direito à mudança de orientação sexual. Se uma pessoa homossexual se sente muito incomodada com essa prática (não interessam aqui os motivos) e procura auxílio para desenvolver apenas relacionamentos heterossexuais, é um direito que lhe assiste. A meu ver, a atitude de certos grupos GLS de hostilizar todas as iniciativas nesse sentido é tão preconceituosa quanto a da moral tradicional. Quando alguns grupos GLS se recusam a dialogar com pessoas que buscam mudar suas práticas sexuais, acabam por revelar também a mesma indisposição ao diálogo manifestada por pessoas homofóbicas.

A essa altura o(a) leitor(a) já deve ter percebido que todo meu discurso está pautado no paradigma ético da alteridade, defendido, entre outros, por Emanuel Lévinas. Esforçando-se por buscar sólidos fundamentos ontológicos para a ética contemporânea, o autor observa que a ontologia tradicional desenvolveu o que ele chama "alergia à alteridade". Para ele, no ato de conhecer, o outro, o diferente, sempre é neutralizado por conceitos genéricos e universais. As divergências são submetidas em unidades cada vez mais abrangentes, nada deixando de fora, nem mesmo o próprio pensador. A partir daí é fácil, por exemplo, afirmar genericamente que "todo homossexual é um pecador depravado". Quando se toma isoladamente o caso de uma pessoa homossexual que abusa de crianças, por exemplo, e, a partir daí, dizer que todo

homossexual é pedófilo e, portanto, um perigo em potencial para nossos filhos, estamos manifestando nossa alergia à alteridade e fechando nossos olhos ao fato de que a maioria dos casos de abuso sexual contra crianças é cometido por pais, padrastos, vizinhos ou parentes heterossexuais. Além disso, trata-se de uma atitude tremendamente medíocre e eticamente covarde, por tentar se autojustificar e se fortalecer moralmente a partir das fraquezas identificadas em outras pessoas.

Conclusão

Quero deixar algumas considerações. É muito relevante perguntar por que a orientação pessoal de alguém nos incomoda tanto. As pessoas deveriam começar, perguntando: "por que isso é um problema para mim e para minha sociedade? O que temo? O que estou querendo preservar ou ocultar?" Mais ainda: "por que a Igreja insiste em dar palpite num assunto tão íntimo e privado como a prática sexual?" Talvez antes de ficarmos discutindo eternamente a ordenação de homossexuais, deveríamos primeiro discutir os limites da interferência da Igreja na vida privada. O que é *res* (coisa) *publica* (que interessa a todos) e o que é coisa privada? A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma: "Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada. (...) Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques" (art. XII).

E, por fim, uma palavra de apoio a todas as pessoas que vivem a experiência homossexual, que nela se realizam e que a partir dela também complementam outra pessoa na troca sadia e afetuosa de carinho e amor: sabemos que muitos(as) leitores(as) se sentem cansados, sobrecarregados e exaustos pelo pesado fardo que já carregam, o de serem alvo de tantos preconceitos e discriminações na sociedade. Muitos(as) esperam que a Igreja os(as) acolha e se comporte de maneira mais evangélica, como Cristo certamente faria. Não nos revoltamos apressadamente com a Igreja. Ela também está crescendo no conhecimento e amor de Cristo.

A Igreja ainda não alcançou sua plenitude espiritual e caminha aos trancos e barrancos, tentando fazer o melhor possível. E, apesar de às

vezes ela fazer pronunciamentos e emitir declarações preconceituosas, o poder de Cristo ainda está nela e pode transformá-la. Por isso, procuremos ouvir a voz de Cristo, confiar em sua graça, alimentar-nos de seu corpo e sangue, acolhendo as inevitáveis perseguições que acompanham todos os que seguem seu caminho e tentam viver seu evangelho. Mas, sobretudo, jamais nos esqueçamos de sua promessa, de estar conosco todos os dias, garantindo descanso para nossas vidas e a serenidade da sua paz que excede toda compreensão humana.

Referências

- ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1982.
- AGOSTINHO. De bono communi. In: *Selecciones de teologia I*. Barcelona: Sígueme, 1982a.
- _____. De genesi ad litteram libri duodecim. In: *Selecciones de teologia*. Barcelona: Sígueme, 1982b.
- AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Globo, 1987.
- ASSUNTOS SOBRE SEXUALIDADE HUMANA. Uma declaração da Câmara dos Bispos da Igreja da Inglaterra (dezembro de 1991). Texto em português do Rev. Carlos Getúlio Hallberg e editado pelo Rev. Cônego Jubal P. Neves. Porto Alegre: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 1993.
- JORDAN, Mark. *The invention of sodomy in Christian theology*. Chicago: Chicago Press, 1997.
- KEMP, Jaime. *Respostas francas para perguntas honestas*. São Paulo: Vencedores Por Cristo Editora, 1983.
- LA HAYE, Tim e Beverly. *O ato conjugal: orientação sexual equilibrada, clara e sem rodeios*. Um manual completo para o casal cristão. São Paulo: Betânia, 1979.
- LEITES, Edmundo. *A consciência puritana e a sexualidade moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAGNO, Gregório. Regra pastoral. In: *Selecciones de teologia III*. Barcelona: Sígueme, 1982.
- NISSINEN, M. *Homoeoticism in the biblical world*. Philadelphia: Fortress Press, 1998.